

## Influência da teoria da contabilidade no objetivo do relatório financeiro de finalidade geral

Influence of accounting theory on the objective of general purpose financial reporting

Influencia de la teoría contable en del objetivo del informe financiero con propósito general

### Sérgio de Iudicibus

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA (USP)  
 Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis e Atuariais (PUC-SP), São Paulo/SP, Brasil  
 siudicibus@osite.com.br  
<https://orcid.org/0000-0001-9657-7186> 

### Jorge Katsumi Niyama

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA (USP)  
 Professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública – FACE (UnB), Brasília/DF, Brasil  
 jorgekatsumi@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-8738-3838> 

### Josimar Pires da Silva\*

Doutor em Contabilidade (UnB)  
 Professor do Mestrado em Administração Pública (UFGD), Nova Xavantina/MT, Brasil  
 josimarnx@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0002-7769-8748> 

### Ilse Maria Beuren

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA (USP)  
 Professora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (UFSC), Florianópolis/SC, Brasil  
 ilse.beuren@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-4007-6408> 

### Endereço do contato principal para correspondência\*

Rua Pedro Gama, n.º 285, Centro, CEP: 78690-000 – Nova Xavantina/MT, Brasil

### Resumo

Este estudo analisa a influência da teoria da contabilidade no objetivo do relatório financeiro de finalidade geral. Uma pesquisa histórica foi realizada a partir das obras primárias produzidas pelos principais pesquisadores de teoria da contabilidade dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido (RU). No tocante ao objetivo, a estrutura conceitual de 1989 recebeu maior influência da teoria da contabilidade do Reino Unido. Por sua vez, as estruturas conceituais de 2010 e de 2018 seguiram a abordagem dos EUA, destacando os investidores e credores como principais usuários em detrimento dos demais. Em linhas gerais, é possível inferir que a estrutura conceitual segue de perto a teoria da contabilidade, sobretudo as produções dos pesquisadores em teoria da contabilidade dos EUA e do Reino Unido, possivelmente em virtude da influência dos pesquisadores na criação das entidades, como AAA, AICPA e ICAEW, e destas nas políticas do IASB.

**Palavras-chave:** Teoria da contabilidade; Estrutura conceitual para relatórios financeiros; Objetivo do relatório financeiro de finalidade geral

### Abstract

This study analyzes the influence of accounting theory on the objective of general purpose financial reporting. Historical research was carried out based on the primary works produced by the main researchers of accounting theory in the United States of America (USA) and the United Kingdom (UK). Regarding the objective, the 1989 conceptual framework was more influential in the United Kingdom's accounting theory. In turn, the conceptual frameworks of 2010 and 2018 followed the approach of the USA, highlighting investors and creditors as the main users at the expense of the others. In general, it is possible to infer that the conceptual framework closely follows accounting theory, especially the productions of researchers in accounting theory in the USA and the United Kingdom, possibly due to the influence of researchers in the creation of entities, such as AAA, AICPA, and ICAEW, and of the last in IASB policies.

**Keywords:** Accounting theory; Conceptual framework for financial reporting; Objective of general purpose financial reporting

### Resumen

Este estudio analiza la influencia de la teoría contable en el objetivo de la información financiera con propósito general. Se realizó una encuesta histórica basada en trabajos primarios producidos por

investigadores líderes en teoría contable en los Estados Unidos de América (EE. UU.) y el Reino Unido (Reino Unido). En cuanto al objetivo, el marco conceptual de 1989 estuvo más influenciado por la teoría contable del Reino Unido. A su vez, los marcos conceptuales de 2010 y 2018 siguieron el enfoque estadounidense, destacando a los inversores y prestamistas como los principales usuarios a expensas de los demás. En términos generales, es posible inferir que la estructura conceptual sigue de cerca la teoría contable, especialmente las producciones de investigadores en teoría contable en Estados Unidos y Reino Unido, posiblemente debido a la influencia de los investigadores en la creación de entidades, como AAA, AICPA e ICAEW, y estos en las políticas de IASB.

**Palabras clave:** Teoría contable; Marco conceptual para la presentación de informes financieros; Propósito de la información financiera de propósito general

## 1 Introdução

Nos Estados Unidos da América (EUA), a teoria da contabilidade atingiu sua ascendência a partir da década de 1920 em virtude do forte crescimento do mercado de capitais e, sobretudo, da pressão da *Securities and Exchange Commission* (SEC), criada em 1934, sobre a classe contábil devido à necessidade de produção de um arcabouço teórico que desse suporte à elaboração de Relatórios Financeiros (RF) úteis aos usuários, especialmente aos investidores (Jones, 2015; Zeff, 1972, 1999).

A partir da década de 1930, monografias, teses e pronunciamentos foram produzidos por pesquisadores da *American Accounting Association* (AAA) e por práticos contábeis do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) — visto que uma das características da escola norte-americana de contabilidade foi produções em conjunto com as entidades de classe, sendo elas encomendadas ou não —, dentre os quais se destacaram a tese de Willian A. Patton e Ananias C. Littleton (1940) e *A statement of basic accounting theory* (1966). A tese de Patton e Littleton influenciou uma geração de contadores e, principalmente, a teoria da contabilidade na Grã-Bretanha, com a produção do primeiro livro britânico com o termo teoria da contabilidade em seu título, de autoria do contador prático Harry Norris (Jones, 2015).

As produções da AAA e do AICPA destacavam os princípios contábeis, os conceitos e os objetivos da contabilidade e dos RF, os quais representam a essência da teoria da contabilidade, visto que esta se concentra no conjunto de princípios subjacentes e presumidamente fundamentais para a prática contábil (Hendriksen & Van Breda, 1999), cujo objetivo básico é ter um corpo bem definido de conhecimento, o qual tem sido sistematicamente acumulado, organizado e verificado o suficiente para fornecer um quadro de referência para ações futuras (Schroeder, Clark & Cathey, 2005).

A partir da década de 1970, com a criação dos organismos normatizadores, sobretudo o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o *International Accounting Standards Committee* (IASC), as produções se concentraram em padrões contábeis elaborados para dar suporte ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das práticas contábeis, tendo uma Estrutura Conceitual (EC) como referência, principalmente nos países que possuem por sustentáculo um sistema contábil baseado em princípios. O ponto de partida para a EC é a definição do objetivo da informação financeira a partir do qual se supõe derivar todas as outras partes da Estrutura Conceitual, por exemplo, características qualitativas, definições de elementos e conceitos de reconhecimento, mensuração e evidenciação (Pelger, 2016).

O desenvolvimento da *decision-usefulness*, proposta por George Staubus, professor de contabilidade na Universidade da Califórnia, em Berkeley, em sua tese em 1954, *An accounting concept of revenue*, na Universidade de Chicago, e em artigos posteriores da revista *The Accounting Review* (1958, 1959), consolidada em 1961 no livro *Theory of accounting to investors* (Jones, 2015; Zeff, 2013), possibilitou a ênfase da contabilidade nos objetivos. Nesse contexto, a proposição do objetivo dos RF na EC é fruto da busca por princípios contábeis nos EUA, assim como reflete o pensamento do *International Accounting Standards Board* (IASB) e dos participantes em seu processo normativo, não necessariamente com sustentação na teoria da contabilidade.

Os conceitos propostos pelos principais autores da teoria da contabilidade, nos EUA, tais como Willian A. Paton, Ananias C. Littleton, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield, Underhill Moore, Robert T. Sprouse, Maurice Moonitz, sob a égide da AAA e do AICPA, foram influenciados pelo contexto socioeconômico e político e, por sua vez, influenciaram as definições do objetivo dos RF propostas na EC. Uma vez que a contabilidade deve ser entendida no contexto em que opera, como fenômeno local no espaço e no tempo (Carnegie & Napier, 1996), a proposição do objetivo dos RF teve a influência de outros fatores, além da teoria da contabilidade, como os organismos normatizadores e o contexto socioeconômico e político.

O objetivo dos RF foi aprimorado no decorrer dos anos, na tentativa da classe contábil fornecer um arcabouço teórico capaz de sustentar a emissão de RF que evidenciassem informações úteis aos usuários, principalmente aos investidores, em virtude dos fatores ambientais e da pressão por informações de melhor qualidade. Os autores, influenciados pelo ambiente no qual estavam envolvidos, buscavam soluções para a prática contábil, principalmente para a falta de comparabilidade e de uniformidade das informações. Diante do cenário elencado, esta pesquisa tem o objetivo de analisar a influência da teoria da contabilidade no

objetivo do RF de propósito geral proposto na EC do IASB.

Segundo a *Statement on Accounting Theory and Theory Acceptance* (SATTA), nenhuma teoria da contabilidade única é rica o suficiente para abranger toda a gama de especificações do ambiente dos usuários de forma eficaz (AAA, 1977), de modo que várias teorias da contabilidade (AAA, 1977) emergiram do uso de diferentes abordagens (Riahi-Belkaoui, 2004). Porém, para efeitos desta pesquisa, consideram-se duas abordagens, dos EUA e do Reino Unido, em virtude de sua possível influência na contabilidade ao longo do século XX e do contexto socioeconômico e político. Em linhas gerais, nesta pesquisa não se procura delimitar a teoria da contabilidade, mas considera-se que as produções destacadas fazem parte da mesma.

Este estudo se justifica por dois motivos principais. Primeiro, as pesquisas que investigaram a *Conceptual framework for financial reporting* podem ser classificadas em três grupos: (i) evolução histórica dos princípios contábeis que culminaram na emissão das EC do FASB e IASB; (ii) implicações para a prática contábil, advinda da relação EC *versus* normas contábeis; e (iii) discussão dos principais pontos da EC, em especial, do IASB e da proposta de revisão da EC (*Discussion paper* e *exposure draft*). No entanto, existe uma lacuna no que tange as produções relativas à teoria da contabilidade e suas implicações nas produções dos normatizadores. Assim, essa pesquisa destaca as possíveis contribuições para o objetivo do RF. Segundo, evidencia-se o destaque que tem sido atribuído à EC pelo IASB e demais usuários em virtude da promoção do padrão contábil baseado em princípios e não em regras. Uma vez que as alterações realizadas pelo IASB (2018) são recentes, esta pesquisa adiciona ao arcabouço existente, em uma linha interpretativa, a influência da teoria da contabilidade na EC, em particular no tocante ao objetivo dos RF.

Esta pesquisa caracteriza-se como histórica, com uma releitura de documentos sob a lente da nova história da contabilidade, de modo a fornecer uma base reflexiva sobre a relação entre a contabilidade e o sistema socioeconômico e político no qual está incorporada e, assim, demonstrar que não só os homens fazem história, mas a história também faz os homens e modifica seu destino (Funnel, 1996; Loft, 1986). As pesquisas delineadas sob a óptica da tradicional história da contabilidade são centradas nos fatos (documentos/produções), procuram entender a contabilidade à luz dos fatos da época, tentando descobrir por que os autores acreditavam no que eles faziam, buscando uma interpretação fiel de suas experiências, sem interpretar as mudanças ocorridas com base no contexto socioeconômico e político (Funnell, 1996). Diferentemente da tradicional história da contabilidade, a nova história da contabilidade exige o estudo da contabilidade nos contextos de atuação, buscando contribuir para a compreensão da contabilidade como prática social (Gomes, 2008).

As publicações analisadas mostram a evolução da teoria da contabilidade nos EUA conforme a abordagem dos principais pensadores, a partir da década de 1920. Utilizaram-se as obras primárias produzidas pelos principais pensadores da escola norte-americana, em separado ou em conjunto com as entidades de classe, além de obras relevantes produzidas sob a tutela destas entidades, que representam a ideia de alguns desses pensadores, por exemplo, *A Statement of Basic Accounting Theory* (ASOBAT). A partir dessas obras, procurou-se compreender de que forma os conceitos evoluíram no decorrer do tempo e influenciaram, ou não, na construção da EC. Elas foram selecionadas com base em Hendriksen e Van Breda (1999), Jones (2015) e Zeff (1972, 1999) e confirmadas em Chatfield e Vangermeersch (1996), e referem-se a autores considerados fundamentais para o desenvolvimento da teoria da contabilidade ou frequentemente citados em função do significado da publicação.

## 2 Evolução dos Objetivos dos Relatórios Financeiros na EC

A primeira declaração de propósito para a EC foi realizada pelo FASB (1978). Ele destacou que uma EC é uma constituição, um conjunto coerente de objetivos e fundamentos inter-relacionados que podem levar a padrões consistentes e que prescreve a natureza, a função e os limites da contabilidade financeira e das demonstrações contábeis. Assim, os objetivos identificam as metas e os propósitos da contabilidade e os fundamentos são os conceitos subjacentes que orientam a seleção dos eventos a serem contabilizados, a mensuração desses eventos e os meios de sumariá-los e comunicá-los às partes interessadas.

Inicialmente o FASB emitiu seis *Statements of Financial Accounting Concepts*, conhecidas como *Concepts Statements*, das quais duas (Nº. 4 e Nº. 6) representavam adaptações para entidades não empresariais. Na *Conceptual Statement 2*, o FASB (1980, p. 7), declarou que as SFACs “[...] destinam-se a estabelecer objetivos e fundamentos que serão a base para o desenvolvimento de normas de contabilidade financeira e relatórios”.

Nas primeiras discussões sobre o quadro conceitual da contabilidade, o FASB buscou orientação em alguns trabalhos prévios, sobretudo no relatório de Trueblood, que havia se baseado no ASOBAT e no APB 4. Quanto ao objetivo básico das demonstrações contábeis, a sustentação era que ele deveria fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas, dando ênfase aos investidores e credores, considerados como os principais usuários da informação financeira fornecida pelas demonstrações contábeis (FASB, 1978). Consoante a isso, o FASB (1978, p. 13) destacou uma diversidade de usuários no SFAC 1:

Among the potential users are owners, lenders, suppliers, potential investors and creditors, employees, management, directors, customers, financial analysts and advisors, brokers, underwriters, stock exchanges, lawyers, economists, taxing authorities, regulatory authorities, legislators, financial press and reporting agencies, labor unions, trade associations, business researchers, teachers and students, and the public.

Na SFAC 1, alinhado com todos os padrões do FASB, que são baseados em regras (ricos em detalhes), destacam-se as características dos usuários anteriormente aludidos. De acordo com o FASB (1978), o objetivo da informação financeira passa do mais geral para o mais específico. O objetivo começa com um foco amplo na informação que é útil em decisões de investimentos e de créditos, restringe esse foco ao interesse principal dos investidores e dos credores e, finalmente, concentra-se em informações sobre os recursos econômicos de uma empresa, as reivindicações desses recursos e suas mudanças, incluindo medidas de desempenho da empresa, que são úteis para avaliar as perspectivas de fluxo de caixa.

Esse enfoque não significa que os objetivos se aplicam apenas aos investidores e aos credores e excluem todos os outros, pelo contrário, informações que satisfaçam os objetivos devem ser úteis a todos os interessados na capacidade futura de pagamento de uma empresa ou no modo como os investidores ou credores estão se saindo (FASB, 1978). De certo modo, o FASB acompanhou a ênfase do relatório de Trueblood, quando destacou que os RF devem fornecer informações para auxiliar os investidores e credores, atuais e potenciais, e outros usuários a avaliar os montantes, o tempo e a incerteza de recebimentos de caixa futuros. Nota-se que a evolução histórica, da qual fez parte a regulação, bem como as produções de Staubus (1954, 1961), ASOBAT (1966) e outras, converge em direção aos investidores e credores.

Outro destaque se deve à preferência do FASB pelo termo mais amplo, RF, ao termo mais restrito, demonstrações contábeis, usado no relatório de Trueblood. O IASC introduziu o termo RF na primeira EC, emitida em 1989, em vários pontos, como por exemplo, quando destacou que “as demonstrações contábeis fazem parte do processo de RF” (IASB, 1989, p. 5), porém, em relação ao objetivo fez referência às demonstrações contábeis. O IASC destacou que “o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição financeira, desempenho e mudanças na posição financeira de uma entidade que seja útil para uma ampla gama de usuários na tomada de decisões econômicas” (IASB, 1989, p. 6). O IASC (1989) evidenciou que as demonstrações contábeis preparadas para este fim atendem às necessidades comuns da maioria dos usuários. Seguindo a forte ênfase britânica da teoria da contabilidade voltada ao *stewardship*, a EC declarou que as demonstrações contábeis também mostram os resultados da eficiência da gestão na condução da empresa ou a responsabilidade da administração pelos recursos confiados a ela.

Apesar da influência das entidades ligadas à contabilidade dos EUA, nos trabalhos do IASC, no que concerne aos usuários propostos nos objetivos dos RF, é possível inferir maior influência dos britânicos na escolha dos usuários elencados na EC. Diferentemente do destaque dado aos investidores e credores, em detrimento dos demais usuários, os pesquisadores de teoria da contabilidade dos EUA destacaram uma ampla gama de usuários que seriam tratados de igual maneira. Essa abordagem se assemelha ao proposto pela maioria dos pesquisadores e autores de teoria da contabilidade no Reino Unido.

Assim, os usuários das demonstrações contábeis incluem investidores atuais e potenciais, funcionários, credores, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público (IASB, 1989). O IASC também destacou as diferentes necessidades de informação desses grupos de usuários, como por exemplo, os investidores e empregados. Se por um lado os investidores precisam de informações para ajudá-los a determinar se devem comprar, manter ou vender, por outro lado os empregados estão interessados em informações sobre a estabilidade e rentabilidade de seus empregadores.

Em 2002, o IASB e o FASB concordaram em trabalhar juntos na tentativa de convergir suas normas de RF (FASB, 2002). Em reunião conjunta, em outubro de 2004, as comissões colocaram, oficialmente, o projeto EC em sua agenda de convergência (IASB, 2004). Decidiram conduzir a revisão sob a forma de um projeto multifásico e declararam que convergir os objetivos deveria ser tratado no início do projeto de conceitos. Em fevereiro de 2005, os conselhos estabeleceram que os objetivos e as características qualitativas deveriam fazer parte da primeira fase (FASB, 2005).

Conforme evidencia Pelger (2016), Donald M. Young, ex membro do FASB (2005-2008), era fortemente a favor de um objetivo separado de *stewardship*. No entanto, os outros membros do conselho não compartilhavam de sua opinião. Em vez disso, seguiram a recomendação da maioria e confirmaram que a *stewardship* não deveria ser declarada como um objetivo separado. A opinião majoritária dos membros do conselho era a de que um objetivo para os RF referente à *decision usefulness* e um objetivo relativo à *stewardship*, em separado, não acrescentaria nada substancialmente. Em 2010, foi emitida a EC com três capítulos, sendo um deles os objetivos dos RF.

Conforme evidenciado nas *Basis for Conclusion*, ao identificar o objetivo dos RF em 2010, o IASB considerou se o principal grupo de usuários deveria ser restrito a acionistas existentes ou expandido para

incluir outros usuários. Os respondentes à proposta evidenciada no *Discussion paper* não levantaram questões além daquelas consideradas pelo IASB quando o Capítulo 1 foi originalmente desenvolvido. Ademais, focar as necessidades de informação dos usuários principais não impede que uma entidade inclua informações adicionais que sejam mais úteis para um grupo específico de usuários (IASB, 2015). De forma geral, o objetivo dos RF é fornecer informações acerca da entidade que relata e que sejam úteis aos investidores existentes e em potencial, aos credores por empréstimos e outros credores, quando da tomada de decisão do fornecimento de recursos à entidade (IASB, 2010).

Nas *Basis for conclusions Conceptual Framework for Financial Reporting: Objective of Financial Reporting and Qualitative Characteristics of Decision-Useful Financial Reporting Information*, tanto o FASB quanto o IASB, mesmo evidenciando no objetivo apenas os investidores e credores, discutem o objetivo dos RF em termos de informações úteis para uma ampla gama de usuários na tomada de decisões econômicas. Listam como potenciais usuários dos RF os investidores, credores, fornecedores, empregados, clientes, governo e suas agências e órgãos reguladores, e o público em geral. Os *Boards* decidiram manter o foco em um grande grupo de usuários, por ser mais coerente com o objetivo de fornecer informações úteis às decisões de alocação de recursos por investidores, credores e outros usuários do que um foco mais restrito sobre os acionistas comuns existentes (FASB, 2006; IASB, 2008).

Em virtude das críticas recebidas pelo IASB, na EC 2010 a discussão foi retomada e a *stewardship* retornou na EC 2018, além de explicações nas bases para conclusões sobre a EC, sobre o que *stewardship* significa e como se relaciona com o termo *accountability*. O Conselho decidiu fazer essa incorporação nas *Bases para Conclusões sobre a Estrutura Conceitual 2018* e na EC 2018, aumentando cada vez mais a proeminência da *stewardship* no âmbito do objetivo dos RF. Ratifica-se que o IASB não havia abandonado a perspectiva de fornecer informações para avaliação da eficiência da gestão na condução da empresa. Tal abordagem estaria inclusa no objetivo geral no objetivo das demonstrações contábeis.

A EC de 2018 apresenta o objetivo dos RF como sendo “[...] fornecer informações financeiras sobre a entidade que relata que sejam úteis para investidores existentes e potenciais, credores por empréstimos e outros credores na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade” (IASB, 2018, p. 8). O objetivo das demonstrações contábeis é apresentado pelo o IASB (2018, p. 22) como derivado do objetivo dos RF:

The objective of financial statements is to provide financial information about the reporting entity’s assets, liabilities, equity, income and expenses<sup>8</sup> that is useful to users of financial statements in assessing the prospects for future net cash inflows to the reporting entity and in assessing management’s stewardship of the entity’s economic resources.

Em linhas gerais, destaca-se que a ênfase dos RF, conforme proposto nas versões 2010 e 2018 da EC, é o fornecimento de informações para investidores e credores a fim de atender a necessidade da maioria (*decision usefulness*). Segue-se, assim, o proposto por Staubus (1961) e pelo ASOBAT (1966), fruto do processo histórico, sobretudo do contexto socioeconômico e político no qual a teoria da contabilidade, nos EUA, estava inserida. A eleição dos usuários teve suas raízes principalmente na regulação ocorrida a partir da década de 1920, do mesmo modo que a expansão do mercado de capitais a partir do final do século XIX, influenciando pesquisadores, como Paton, Littleton, Sander, Hatfield e Staubus, na busca por uniformidade e comparabilidade das informações evidenciadas nos RF.

### 3 Objetivos dos RF Antes da Abordagem da *Decision Usefulness*

O final do século XIX e o início do século XX foram marcantes para a economia internacional, sobretudo para os EUA e a Grã-Bretanha, acarretando mudanças significativas para a contabilidade, que resultaram no desenvolvimento da teoria da contabilidade naqueles países. Entre os fatores de maior relevância, destacam-se a Revolução Industrial, a regulação, o desenvolvimento do setor bancário, o desenvolvimento e expansão do mercado de capitais, a primeira Guerra Mundial e a quebra da *New York Stock Exchange* (NYSE). Uma vez que o desenvolvimento da contabilidade está vinculado ao desenvolvimento do comércio e vice-versa, o desenvolvimento da teoria da contabilidade e dos objetivos da contabilidade está intimamente relacionado ao contexto socioeconômico e político, de modo que as mudanças ambientais provocaram a evolução tanto da teoria quanto do objetivo.

A regulação atingiu seu advento com as companhias de transporte ferroviário nos EUA. O desenvolvimento das ferrovias iniciou-se na década de 1830 e teve seu auge nas décadas de 1840 e 1870 na Grã-Bretanha e nos anos de 1878 a 1893 nos EUA. O congresso norte-americano criou, em 1887, o primeiro organismo regulamentador federal, o *Interstate Commerce Commission* (ICC), com autoridade específica para regulamentar as estradas de ferro, visto que os gestores pagavam enormes dividendos mesmo na fase inicial dos empreendimentos, levando os investidores a pagarem preços elevados pelas ações na crença de que esses dividendos eram indicativos dos lucros futuros da empresa e, somente mais tarde, descobririam que os enormes dividendos não podiam ser mantidos sem colocar em risco as operações futuras da empresa (Markham, 2002).

O mercado de capitais, por sua vez, cresceu de forma exponencial a partir do início do século XX. O

volume médio diário de negociação na NYSE cresceu de 1.500 ações em 1861 para mais de 500 mil ações em 1900, sendo que o volume de negociação anual aumentou de menos de 80 milhões de ações em 1897 para mais de 265 milhões em 1901 (Markham, 2002). Os fundos de investimento foram incentivados como uma forma dos pequenos investidores diversificarem suas participações. Este meio proporcionava aos investidores a oportunidade de investir pequenos montantes em diversos títulos, diversificados de acordo com a empresa, a localização geográfica e o tipo de título. Os fundos de investimento proporcionavam os meios pelos quais muitos investidores poderiam obter acesso aos mercados de valores mobiliários. Cerca de 140 fundos foram formados entre 1921 e 1926 (Markham, 2002).

A medida que o mercado de capitais se desenvolvia juntamente com o volume de negociações, havia a necessidade de melhorias e evolução dos RF, principalmente a criação de um arcabouço teórico que desse suporte à contabilidade na elaboração dos RF, priorizando a qualidade e a utilidade das informações por eles fornecida. Portanto, a evolução da teoria da contabilidade em direção à criação de um arcabouço teórico para a contabilidade era necessária, e ela veio com as produções publicadas dos pesquisadores de contabilidade dos EUA, precursores da busca por princípios contábeis.

A base inicial para o desenvolvimento de princípios contábeis encontra-se na tese de William Andrew Paton, intitulada *Accounting theory: with special reference to the corporate enterprise*, a qual fez parte do livro *Accounting theory*, publicado em 1922 (Wolk, Dodd & Teaney, 2004). Paton (1922) apresentou uma reafirmação da teoria da contabilidade e apresentou seis postulados: (i) existência da entidade empresarial; (ii) continuidade da entidade; (iii) equação do balanço; (iv) postulado monetário; (v) custo e valor contábil; e (vi) reconhecimento de receitas. Naquele momento não havia destaque para os usuários da contabilidade ou dos RF, não se abordava os objetivos dos RF e nem mesmo da contabilidade.

Apesar da riqueza do trabalho de Paton e da sua contribuição inegável para a evolução da contabilidade, em especial para a teoria da contabilidade, sua obra não fez alusão direta aos objetivos da contabilidade e ao que poderia ser referido como principais usuários dos RF, naquele momento, denominados usuários da contabilidade. O autor concentrou sua atenção nos postulados, para a definição de elementos como receitas, despesas, ganhos, gastos, custos, patrimônio líquido, intangíveis, *goodwill*, receita não operacional, depreciação, capital, valor contábil, reavaliação e manutenção de capital, para a equação do balanço e outros.

A quebra da NYSE, em 1929, reduziu a confiabilidade das informações das demonstrações contábeis, devido à falta de uniformidade das práticas contábeis e da falta de comparabilidade das informações evidenciadas nos RF (Hendriksen & Van Breda, 1999; Schmidt, 2000). Em virtude da quebra da NYSE a regulação foi intensificada, sobretudo com a aprovação da *Securities Act* em 1933 e da *Securities Exchange Act* em 1934.

No início do século, a regulação da contabilidade britânica estava mais voltada para a maior divulgação, enquanto que a regulação dos EUA estava mais voltada para a uniformidade (Hendriksen & Van Breda, 1999). Assim, os passos seguintes foram determinantes para a escolha dos principais usuários dos RF nos EUA, ao passo que na Grã-Bretanha resultou em caminho diferente.

A criação da SEC contribuiu para a mudança dos objetivos da contabilidade e para os usuários das demonstrações contábeis publicadas. Inicialmente, a Lei de 1933 já previa, mesmo que indiretamente, a necessidade de fornecer informações razoavelmente suficientes para basear uma decisão de investimento (U.S. Government, 1933). Posteriormente, a Lei de 1934 destacou a necessidade de proteção dos investidores (SEC, 1934). Em decorrência da atenção da SEC à profissão contábil, o direcionamento dos pesquisadores contábeis mudou para relatar informações aos investidores.

Segundo Zeff (1999), o comitê executivo da AAA, liderado por Kohler, Paton e Littleton, publicou, em 1936, *A tentative statement of accounting principles affecting corporate reports* como um guia para a SEC no desenvolvimento dos princípios contábeis. Essa publicação destacou que “a finalidade das demonstrações contábeis é a expressão, em termos financeiros, da utilização dos recursos econômicos da empresa, as mudanças resultantes e a posição dos interesses dos credores e investidores” (AAA, 1936, p. 188).

Após a criação da SEC, aproximadamente dois anos depois, a regulação advinda com as pressões sobre o mercado de capitais já havia influenciado a classe contábil, inclusive dois dos principais pensadores, se não os principais, da escola norte-americana, William Paton e Ananias Charles Littleton. A publicação da AAA foi precursora no que diz respeito ao destaque dos investidores e credores, ainda que os objetivos não ocupassem lugar de destaque na contabilidade. Segundo Zeff (1999), a Haskins & Sells Foundation também influenciou o pensamento da SEC sobre as melhores práticas contábeis. A fundação convidou Thomas Henry Sanders, Henry Rand Hatfield e Underhill Moore para preparar uma monografia, a qual foi intitulada de *A statement of accounting principles* e publicada pelo *American Institute of Accountants* (AIA) em 1938. Sanders, Hatfield e Moore (1938) evidenciaram grupos de usuários, dentre os quais destacaram investidores e credores.

Sanders et al. (1938) afirmaram que as funções da contabilidade são: (i) fazer um registro histórico, devidamente classificado, de todas as transações da empresa; (ii) fazer, de tempos em tempos, os cálculos e estimativas necessárias para a determinação da condição financeira da empresa e de seus rendimentos; e (iii) a partir dos registros históricos, dos cálculos e das estimativas, elaborar periodicamente RF que

mostrem os aspectos mais importantes do capital, da renda do negócio e das ações judiciais neles existentes, satisfazendo, assim, a necessidade de informação de todas as partes interessadas, sobretudo, da gestão da empresa, dos investidores e credores e do governo.

Em 1938, Paton publicou a obra *Essential of accounting*, a qual destacava aspectos das demonstrações contábeis. Ao abordar o balanço patrimonial, Paton (1938) afirmou que essa demonstração é de valor especial para os proprietários atuais, potenciais, investidores e credores e para os diretores e gerentes gerais. Além disso, o autor destacou que essa demonstração mostra o *status* de cada patrimônio na empresa, sendo, portanto, de significância destacada para aqueles que comprometeram o capital para a empresa ou estão pensando em assumir esse compromisso.

Nessa mesma linha, em 1940, Paton e Littleton publicaram sua monografia, denominada de *An introduction to corporate accounting standards*, que foi provavelmente a primeira obra a mencionar o termo padrões em detrimento de princípios. Nela, Paton e Littleton (1940, p. 1) escreveram que "o objetivo da contabilidade é produzir dados financeiros sobre uma empresa, compilados e apresentados para atender às necessidades da administração, dos investidores e do público". Mesmo que apresentando vários grupos de usuários, Paton e Littleton (1940, p. 2) destacaram que "a responsabilidade contábil mais importante da empresa não se aplica a um ou mais proprietários, mas sim, a um ou mais grupos ou classes de investidores independentes, atuais e potenciais".

Em virtude da proteção aos investidores (investidores e credores) criada pela SEC, por meio da lei dos títulos de 1934, e pelas diversas críticas à classe contábil devido à falta de uniformidade na elaboração das demonstrações contábeis, os teóricos da contabilidade, até mesmo Paton e Littleton, foram influenciados para dar ênfase aos investidores e credores como principais usuários das demonstrações contábeis. De certo modo, os fatores ambientais, sobretudo a regulação, influenciaram os pesquisadores de contabilidade dos EUA na evolução da teoria da contabilidade naquele país.

Paton e Littleton (1940) produziram efeitos não apenas nos EUA, mas também em outras nações, como, por exemplo, na Grã-Bretanha, onde sua monografia serviu de base para o primeiro livro intitulado *Accounting theory*, escrito por Harry Norris, em 1946, o qual focava principalmente na melhoria da coerência dos RF em conformidade com o modelo do custo histórico, como evidenciado por Zeff (1999). Apesar da influência desta monografia sobre a teoria da contabilidade britânica, não se pode dizer o mesmo a respeito dos objetivos dos RF e dos principais usuários. Ao contrário da abordagem norte-americana, a regulação britânica não enfatizava apenas os provedores de capitais (investidores e credores) como usuários de destaque para os RF.

Na reformulação do comitê executivo da AAA, foi publicada a obra *Accounting principles underlying corporate financial statements*, em 1941, na qual foi destacada a necessidade de compreensão dos interesses dos investidores e credores para a elaboração das demonstrações contábeis:

The purpose of periodic financial statements of a corporation is to furnish information that is necessary for the formulation of dependable judgments. A knowledge of the origin and expiration of the economic resources of a company and the resultant changes in the interests of its **creditors and investors** is essential to this purpose, and these facts should be expressed in such a manner as to make the financial statements both intelligible and, as far as possible, comparable with statements of other periods and of other corporations (AAA, 1941, p. 134, grifo nosso).

Segundo Markham (2002), outra forma de investimento que cresceu, principalmente na década de 1940, foi o plano de pagamentos periódicos ou plano de investimentos em parcelamentos. Em virtude do crescimento acelerado desses investimentos, surgiram as investigações da SEC, as quais descobriram inúmeras irregularidades e levaram à constituição da base para a regulação dessas empresas de investimentos. A título de exemplo, a maioria dos conselheiros de investimentos cobrava seus clientes com base nos percentuais dos ativos, que, em muitos casos, eram gerenciados (Markham, 2002).

De modo geral, mesmo com a atuação do AICPA e da AAA na busca por princípios contábeis nos EUA, a falta de uniformidade persistia nos RF das empresas na década de 1940. Os investimentos em títulos cresciam, porém, as informações fornecidas aos provedores de capitais permaneciam com baixa qualidade, não conferindo confiabilidade aos números divulgados.

A década de 1950 foi marcada pelo rápido crescimento do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro, que fizeram as empresas expandirem seu alcance além de suas fronteiras nos EUA. A rápida expansão do comércio foi acompanhada da inflação elevada, o que também contribuiu para a redução da comparabilidade das informações evidenciadas nas demonstrações contábeis (Hendriksen & Van Breda, 1999). Em 1953, a AAA publicou a monografia de Littleton, intitulada *Structure of accounting theory*. No capítulo 5, *Informative reports*, destacava o papel das demonstrações contábeis nos RF para avaliar a gestão, isto é, *stewardship*. Em vários locais da monografia, Littleton (1953), infere que os principais usuários são administradores e proprietários (ou investidores).

Staubus (1958) menciona que a AAA não emitiu pronunciamentos que destacassem e esclarecessem as necessidades dos usuários, exceto para a *Standards of disclosure for published financial reports*, publicada em 1954, a qual enumerou vários usuários potenciais dos relatórios corporativos, tais como agências governamentais, credores de curto e longo prazo, organizações trabalhistas, acionistas e

potenciais investidores. O comitê da AAA concluiu que as necessidades desses grupos não poderiam ser atendidas igualmente por um conjunto único de demonstrações contábeis e que os interesses de alguns deveriam ser identificados como primários. Tradicionalmente, este tem sido o grupo dos investidores (AAA, 1957).

Os investidores, tratados pela SEC como investidores propriamente ditos e credores, haviam sido os mais afetados pela falta de uniformidade na elaboração das informações financeiras evidenciadas nas demonstrações contábeis. Desde o início da década de 1930, os contadores direcionavam suas atenções a esses usuários, mesmo que abordassem outros nas produções publicadas relativas à teoria da contabilidade.

Quanto à abordagem dos objetivos das demonstrações contábeis, a década de 1950 foi importante, visto que as produções publicadas, sobretudo na segunda metade daquela década, deram início à mudança de direcionamento dos princípios contábeis para os objetivos. Portanto, o pilar da contabilidade, especialmente da teoria, deixou de ser princípios contábeis e passou a ser objetivos da contabilidade.

## 4 Objetivos dos Relatórios Financeiros Após a Abordagem da *Decision Usefulness*

### 4.1 Abordagem estadunidense

O período entre 1940 e 1960 foi marcado pela retomada do crescimento e pela ligeira expansão do mercado de capitais nos EUA. O fornecimento de informações adequadas às necessidades dos usuários tornou-se uma questão de importância nacional, visto que eles esperavam que certos indicadores dos RF, como é o caso do lucro por ação, fossem o indicativo de uma empresa melhor (ou pior). Além disso, as fusões e aquisições internacionais de empresas foram destaque nos anos de 1960, sobretudo quando se tratava de empresas dos EUA assumindo as empresas europeias em virtude do bom momento econômico vivido na época e reimplantando suas operações de produção, o que ratificou a importância do fornecimento de informações adequadas às necessidades dos usuários, principalmente dos investidores (Hendriksen & Van Breda, 1999).

Divergente das obras publicadas nas décadas de 1940 e 1950, pela AAA, em 1961, Maurice Moonitz publicou sua monografia intitulada *The basic postulates of accounting*, na qual destacou uma diversidade de usuários dos RF, para os quais as demonstrações contábeis seriam úteis. Moonitz (1961, p. 4-5) escreveu que:

We could easily be trapped into defining accounting and formulating its postulates, principles, and rules in terms of some special interest, such as the business community, or the regulatory agencies, or investors, or tax collectors. But accounting has been used in the affairs of private business, regulated and unregulated, of profit- motivated enterprises as well as nonprofit ones [...]. We cannot proceed on the premise that accounting is the monopoly of any one group, whether that group is concerned mainly with the development of the accounting process or with its end-product in the form of financial statements and reports.

Moonitz (1961) destacou a necessidade de informações para todos os grupos de usuários de igual modo, isto é, gestores, funcionários, acionistas, credores, clientes e público. Essa visão contrastou com as publicações acerca dos usuários já produzidas até então, em especial por Paton e Littleton. De certo modo, essa visão divergia da maioria dos contadores norte-americanos e do ambiente regulatório. O pensamento de Moonitz prosseguiu na sua monografia subsequente, publicada em 1962, escrita em coautoria com Robert T. Sprouse, intitulada *A tentative set of broad accounting principles for business enterprises*. Sprouse e Moonitz (1962) afirmaram que os princípios de contabilidade financeira ali desenvolvidos eram projetados para atender as necessidades de todos os grupos interessados

Em 1966, a AAA publicou *A Statement of Basic Accounting Theory* (ASOBAT). Foi a primeira publicação institucional a ressaltar que as necessidades dos usuários deveriam ser consideradas prioritárias quando da elaboração das demonstrações contábeis. O ASOBAT definiu a contabilidade em termos de sua utilidade e a descreveu como "o processo de identificação, mensuração e comunicação da informação econômica para permitir julgamentos informados e decisões dos usuários da informação" (AAA, 1966, p. 1).

Os investidores não foram identificados explicitamente como usuários da informação contábil de primordial importância. Em vez disso, o comitê se concentrou na natureza da informação, designando a relevância como uma qualidade primária da informação devido à redução da incerteza sobre o estado real de uma série de aspectos preocupantes para o usuário, além de indicar que informação útil era necessária para fins internos e externos, e classificou os usuários das informações contábeis em dois grandes grupos: usuários externos, que incluem "investidores atuais e potenciais, credores, funcionários, bolsas de valores, clientes e outros" (AAA, 1966, p. 20), e usuários internos, ou seja, "os gestores" (AAA, 1966, p. 37).

Segundo a AAA (1966), alguns usuários externos de informações contábeis, tais como comissões reguladoras e autoridades fiscais, não só têm necessidades especiais, mas também o poder de especificar as informações a serem apresentadas. Embora esses usuários não sejam a principal preocupação desta discussão, o comitê acredita que as melhorias sugeridas naquela declaração poderiam levar a uma maior

dependência de RF de propósito geral e menos requisitos para formulações especiais.

Seguindo a abordagem do ASOBAT, o *Statement of the Accounting Principles Board* (APB 4), emitido pelo Conselho de Princípios Contábeis do AICPA, destacou que a informação da contabilidade financeira é usada por uma variedade de grupos e para finalidades diversas. As necessidades e expectativas dos usuários determinam o tipo de informação requerida. Os grupos de usuários podem ser amplamente classificados naqueles com: (1) interesses diretos nas empresas; e (2) interesses indiretos (AICPA, 1970).

O APB 4 (AICPA, 1970) expõe que as informações da contabilidade financeira podem ser direcionadas às necessidades comuns de um ou mais grupos de usuários ou podem ser direcionadas para necessidades especiais. Apesar de apresentar diversos usuários e suas necessidades, o AICPA destaca dois grupos como sendo de particular relevância e afirma que, uma vez produzindo informações para tais grupos, produz-se informações para os demais:

The basic purpose of financial accounting and financial statements is to provide quantitative financial information about a business enterprise that is useful to statement users, particularly owners and creditors, in making economic decisions. This purpose includes providing information that can be used in evaluating management's effectiveness in fulfilling its stewardship and other managerial responsibilities (AICPA, 1970, p. 32).

O AICPA seguiu rapidamente o ASOBAT e o APB 4 na produção dos objetivos das demonstrações contábeis, mais conhecidos como o *Report of the study group on the objectives of financial statements* (Relatório de Trueblood), presidido por Robert Trueblood e assistido por George Sorter como diretor de pesquisa. Este documento reforçou a centralidade da *decision usefulness* abordada no APB 4, conforme destacam Williams e Ravenscroft (2015).

O relatório de Trueblood foi o primeiro passo para uma nova base conceitual que visava ao estabelecimento de normas contábeis. O AICPA segregou doze objetivos para as demonstrações contábeis e destacou que a contabilidade financeira tem como finalidade fornecer informações aos usuários das demonstrações contábeis que os ajuda a tomar decisões. Dentre os objetivos, foi apresentado um objetivo básico, fundamental e generalizado: "O objetivo básico das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas" (AICPA, 1973, p. 13).

O AICPA também reduziu os tipos de usuários considerados de interesse, mantendo a posição de que as demonstrações contábeis úteis deveriam servir principalmente os usuários que tivessem autoridade, habilidade ou recursos limitados para obter informações. Destacaram os investidores e credores como os principais usuários para os quais se deveriam elaborar as demonstrações contábeis (AICPA, 1973). Desse modo, sintetizou a abordagem da *decision usefulness* defendida anteriormente por Staubus (1954, 1958, 1959, 1961) e também por Horngren e Sorter (1961) e propagada pelo ASOBAT (AAA, 1966) e pelo APB 4 (AICPA, 1970).

O relatório de Trueblood destacou ainda que as DC são especialmente importantes para aqueles que têm acesso limitado à informação e capacidade limitada para interpretá-la (AICPA, 1970). Alinhado com esse pensamento, o comitê destacou que um objetivo das DC "é servir principalmente àqueles usuários que têm autoridade, capacidade ou recursos limitados para obter informações e que confiam nas demonstrações contábeis como sua principal fonte de informações sobre as atividades econômicas de uma empresa" (AICPA, 1973, p. 17).

Assim, as necessidades de informação dos credores e investidores são essencialmente as mesmas. Ambos os grupos estão preocupados com a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa para eles e com sua própria capacidade de prever, comparar e avaliar a quantidade, o tempo e a incerteza relacionada a esses fluxos de caixa futuros (AICPA, 1973). Portanto, "um objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis aos investidores e credores para prever, comparar e avaliar os possíveis fluxos de caixa em termos de quantidade, tempo e incerteza relacionada" (AICPA, 1973, p. 20).

Na sequência, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) emitiu a *Statement of Financial Accounting Concepts* n. 1 (SFAC 1) sobre os objetivos da informação financeira e manteve que esse objetivo era "fornecer informações úteis para tomar decisões econômicas e comerciais, para fazer escolhas fundamentadas entre usos alternativos de recursos escassos na condução de negócios e atividades econômicas" (FASB, 1978, p. 9). O FASB detalhou uma verdadeira lista de possíveis usuários desses RF, incluindo proprietários, credores, fornecedores, potenciais investidores e credores, funcionários, gerentes, clientes, analistas financeiros, reguladores, sindicatos e o público em geral (FASB, 1978). Mesmo que a lista incluía vários grupos de usuários conforme o Grupo de Estudo de Trueblood, ela foi reduzida nas atualizações das SFAC posteriores para enfatizar as necessidades de informação dos investidores e dos credores.

Em síntese, por mais de 40 anos a formulação de políticas de RF nos EUA tem sido centrada na *decision usefulness*. Ao escolher entre formas alternativas de apresentar dados contábeis, os formuladores de políticas exigem RF baseados na técnica que eles acreditam produzir a informação mais útil para a tomada de decisão econômica por determinados usuários designados. Assim, a teoria da contabilidade nos EUA centrou-se nos investidores e credores como principais usuários da informação financeira. Os fatores

ambientais (ambiente legal, institucional, regulação, sistema educacional, econômico, entre outros), principalmente a regulação, como sempre estiveram atrelados ao desenvolvimento da contabilidade, influenciaram no desenvolvimento da teoria da contabilidade, privilegiando investidores e credores em detrimento de outros usuários.

## 4.2 Abordagem britânica

Os britânicos seguiram caminhos diferentes dos norte-americanos no que tange à abordagem da teoria da contabilidade, ainda que, em princípio, se baseassem, em parte, na monografia de Paton e Littleton (1940). Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), enquanto a regulação da contabilidade nos EUA enfatizava a busca por princípios contábeis, no Reino Unido a exigência era mais por divulgação. Os britânicos não convergiram o propósito dos RF para atender a grupos específicos de usuários. O objetivo dos RF seguiu uma definição mais ampla, ao ponto de enfatizar a prestação de contas do gestor sobre os recursos que lhe eram confiados. Isto não quer dizer que nos EUA os RF não fossem úteis para avaliar a gestão, mas que esta não era a ênfase naquele país.

O Conselho do *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* (ICAEW) declarou, em 1952, na recomendação de número 15 sobre princípios contábeis, que “o principal objetivo das contas anuais é apresentar informação aos proprietários, mostrando como os seus fundos foram utilizados e os lucros derivados dessa utilização” (ICAEW, 2014, p. 85). Em 1974, o *Accounting Standards Steering Committee* (ASSC, 1975, p. 1) emitiu o *The corporate report* que teve por objetivo “identificar as pessoas ou grupos para os quais devem ser preparados RF e as informações adequadas aos seus interesses”.

O *The corporate report* destacou que “os relatórios corporativos são o principal meio pelo qual a administração de uma entidade é capaz de relatar sua responsabilidade, demonstrando como os recursos com os quais foi confiada foram usados” (ASSC, 1975, p. 16). Neste relatório, foi identificada uma ampla gama de grupos de usuários: investidores em ações, credores por empréstimos, empregados, analistas-consultores, grupo de contato empresarial (incluindo fornecedores, credores comerciais e clientes), governo e o público em geral (ASSC, 1975). O ASSC (1975, p. 20) enumerou as necessidades dos grupos de usuários e, quanto aos investidores, dentre outros aspectos, foram destacados os seguintes:

- a) Evaluating the performance of the entity.
- b) Assessing the effectiveness of the entity in achieving objectives established previously by its management, its members or owners [...].
- c) Evaluating managerial performance, efficiency and objectives [...].
- d) Estimating the future prospects of the entity, including its capacity to pay dividends, and predicting future levels of investment.

Seguindo na linha do *The corporate report*, o comitê de pesquisa do *Institute of Chartered Accountants of Scotland* (ICAS) publicou um documento de discussão, chamado *Making corporate reports valuable* (MCRV) (McMonnies, 1988). Referindo-se ao *The corporate report*, no qual se destacavam sete grupos de usuários, o MCRV ressaltou que os relatórios corporativos objetivam se comunicar diretamente com apenas quatro grupos: “(a) o grupo de investidores de capital; (b) o grupo credores por empréstimos; (c) o grupo de empregados; e, (d) outros credores” (McMonnies, 1988, p. 20).

Foram listadas as necessidades de informações internas e externas. A lista de necessidades do usuário do comitê era ambiciosa e focada em informações sobre os objetivos e planos da administração (McMonnies, 1988). O ICAS destacou que os investidores de uma entidade devem estar interessados na avaliação da eficiência da administração, mas também devem estar interessados em perspectivas futuras (McMonnies, 1988).

Em 1989, David Solomons publicou o *Guidelines for Financial Reporting Standards*. Solomons (1989) destacou que os usuários dos RF para fins gerais podem incluir qualquer um que não tenha acesso aos relatórios internos, preparados para o uso da gestão da empresa, e, até mesmo, em algumas situações, aqueles que o fazem. Contudo, quatro classes de usuários são de primordial importância quando se considera o tipo de informação que os RF devem fornecer:

- a) present and potential investors;
- b) present and potential creditors (including suppliers);
- c) present and potential employees, and those who may act for them in bargaining situations, such as trade unions; and,
- d) present and potential customers [...] (Solomons, 1989, p. 14).

Esses grupos de usuários primários foi certamente muito mais expansivo do que em qualquer uma das publicações acerca do objetivo dos RF nos EUA, refletindo a percepção de Solomon de um cenário

social e econômico diferente na Grã-Bretanha, se comparado aos EUA, devido, entre outros aspectos, à influência da regulação. Nesse sentido, as demonstrações contábeis devem revelar, no mínimo: (a) a capacidade da empresa de gerar lucros; e, (b) a sua solvência futura (Solomons, 1989).

De maneira geral, a abordagem britânica da teoria da contabilidade apresentou suas características peculiares. Primeiro, o forte destaque do papel do *stewardship*. Apesar de nos EUA os pesquisadores/contadores também entenderem a importância das demonstrações contábeis (informações financeiras) para avaliar a eficiência da gestão na condução dos negócios, na Grã-Bretanha, esse papel sempre teve elevado destaque, uma vez que a informação de qualidade seria aquela que possibilitaria aos usuários avaliar quão eficiente e eficaz é o uso dos recursos confiados ao gestor. Segundo, alinhando-se com o *stewardship*, a teoria da contabilidade no Reino Unido enfatiza uma ampla gama de usuários, tais como investidores atuais e potenciais, credores atuais e potenciais, fornecedores, funcionários atuais e potenciais, sindicatos, clientes atuais e potenciais, e governo. De certo modo, a abordagem britânica não contemplou, em sua totalidade, a *decision usefulness*.

Essas duas abordagens para a teoria da contabilidade, a partir da criação do IASC/IASB e do desenvolvimento da EC, influenciariam o objetivo dos RF evidenciado no seu escopo.

## 5 Considerações Finais

Este estudo analisou a influência da teoria da contabilidade na estrutura conceitual, em especial no objetivo do relatório financeiro de finalidade geral, como proposto na *Conceptual framework for financial reporting*, emitido pelo IASB (2018). Procurou-se destacar a evolução dos objetivos dos RF produzidos pela teoria da contabilidade ao longo dos anos e a sua relação com o que propõe a EC.

A partir da década de 1920, os pensadores (pesquisadores) nos EUA, tais como Paton, Littleton, Sanders, Hatfield, Moore, Sprouse, Monitz, Staubus e outros, desenvolveram os objetivos dos RF a fim de que os principais usuários fossem os investidores e credores. A regulação contábil, a partir da década de 1930, em virtude da quebra da NYSE, teve papel de destaque quanto à influência sobre os contadores para que estes direcionassem suas ideias a esses dois grupos de usuários, entendendo-os como principais na elaboração dos RF.

De certa maneira, esse cenário culminou na abordagem *decision usefulness*, proposta por George Staubus, a qual destaca que, se não podemos elaborar demonstrações contábeis úteis a todos os usuários, devemos atender aos anseios da maioria. Nessa concepção, atendendo aos interesses dos investidores e credores, os contadores estariam atendendo a maioria dos usuários. Staubus propôs que a ênfase da contabilidade deveria estar voltada para o atendimento dos objetivos dos usuários. Esta ideia foi incorporada no ASOBAT e no APB 4, publicados, respectivamente pela AAA e pelo AICPA.

A convergência da teoria da contabilidade em direção aos investidores e credores, em virtude do contexto, alinha-se com a *decision usefulness* proposta por Staubus e não prejudica os demais usuários. Ao contrário, entende-se que inexistente a possibilidade de elaboração de RF que atendam a todos os usuários da mesma forma. Entretanto, destaca-se que, em virtude da diversidade de necessidades dos diferentes usuários, atender a todos eles ao mesmo tempo poderia resultar em pior qualidade da informação. Desse modo, pode-se inferir que a teoria da contabilidade, alinhada com o contexto socioeconômico e político, influenciou na definição dos objetivos dos RF de propósito geral evidenciado na EC.

Por sua vez, a teoria da contabilidade no Reino Unido foi inicialmente influenciada pela teoria da contabilidade desenvolvida nos EUA, como, por exemplo, pela tese de Paton e Littleton (1940). No entanto, os fatores ambientais conduziram os pesquisadores britânicos de modo que pudessem desenvolver algumas características que lhes eram peculiares. Dessa maneira, a teoria da contabilidade no Reino Unido centrou-se na *stewardship*, ou seja, as demonstrações contábeis deveriam fornecer informações para a avaliação da eficiência e a eficácia da gestão na utilização dos recursos que lhe eram confiados.

Nesse contexto, a primeira versão da EC do IASB, no que tange aos objetivos dos RF, teve maior influência dos preceitos contábeis do Reino Unido do que dos EUA. Foram destacados diversos usuários dos RF: investidores atuais e potenciais, funcionários, credores, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público em geral (IASB, 1989). Tais usuários e suas necessidades foram tratados de igual maneira, sem privilégios para alguns em detrimento de outros. Já a EC de 2010 e a EC de 2018 seguem a abordagem dos pesquisadores de contabilidade dos EUA, enfatizando a *decision usefulness* e destacando os investidores e credores como principais usuários em detrimento dos demais.

Portanto, é possível inferir, em relação aos objetivos dos RF de propósito geral, que a EC segue, de perto, a teoria da contabilidade, possivelmente em virtude da influência dos pesquisadores sobre a criação das entidades (AAA, AICPA, ICAEW, FASB e outras) e destas nas políticas do IASB. Uma vez que o delineamento desta pesquisa impôs limitações, recomenda-se para futuros estudos ampliar a investigação para outros aspectos da EC, como exemplo, as características qualitativas e os elementos das demonstrações contábeis. Outras investigações podem ser realizadas, como evidenciar até que ponto a adoção do modelo contábil baseado em princípios incentivou o aporte, por parte de investidores estrangeiros, de participação de capital de risco em empresas brasileiras e se os custos da implantação do padrão IFRS nas empresas foram compensados pelo acréscimo subjetivo de qualidade.

## Referências

- Accounting Standards Steering Committee (ASSC). (1975). *The corporate report: a discussion paper published for comment by the Accounting Standards Steering Committee*. London: ICAEW.
- American Accounting Association (AAA). (1936). A tentative statement of accounting principles affecting corporate reports. *The Accounting Review*, 11(2), 187-191.
- American Accounting Association (AAA). (1941). Accounting principles underlying corporate financial statements. *The Accounting Review*, 16(2), 133-139. DOI: <https://doi.org/http://www.jstor.org/stable/239829>
- American Accounting Association (AAA). (1957). *Accounting and reporting standards for corporate financial statements and preceding statements and supplements*. Florida: AAA.
- American Accounting Association (AAA). (1966). *A Statement of Basic Accounting Theory (ASOBAT)*. Florida: AAA.
- American Accounting Association (AAA). (1977). *Statement on Accounting Theory and Theory Acceptance (SATTA)*. Florida: AAA.
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). (1970). *Statement of the Accounting Principles Board (APB 4)*. New York: AICPA.
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). (1973). *Report of the Study Group on the Objectives of Financial Statements*. New York: AICPA
- Carnegie, G. D. & Napier, C. J. (1996). Critical and interpretive histories: insights into accounting's present and future through its past. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 9, n. 3, p. 7-39. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513579610121956>
- Chatfield, M., & Vangermeersch, R. (1996). *The history of accounting: an international encyclopedia* (Vol. 1573). New York & London: G. Publishing.
- Financial Accounting Standards Board (FASB). (1978). *Statement of Financial Accounting Concepts No. 1 - Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises*. Retrieved from: [https://www.fasb.org/pdf/aop\\_CON1.pdf](https://www.fasb.org/pdf/aop_CON1.pdf)
- Financial Accounting Standards Board (FASB). (1980). *Statement of financial accounting concepts No. 2: Qualitative characteristics of accounting information*. Retrieved from: [http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document\\_C/DocumentPage?cid=1218220132570&acceptedDisclaimer=true](http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220132570&acceptedDisclaimer=true)
- Financial Accounting Standards Board (FASB). (2002). *Memorandum of Understanding: The Norwalk Agreement*. Retrieved from: <https://www.fasb.org/resources/ccurl/443/883/memorandum.pdf>
- Financial Accounting Standards Board (FASB). (2005). *Conceptual framework draft project plan, IASB Meeting, 14-18 February 2005, FASB Meeting, 23 February 2005 (Agenda paper 11)*. Retrieved from: [http://fasb.org/board\\_meeting\\_minutes/02-23-05\\_conceptual\\_framework.pdf](http://fasb.org/board_meeting_minutes/02-23-05_conceptual_framework.pdf)
- Financial Accounting Standards Board (FASB). (2006). *Preliminary views conceptual framework for financial reporting: objective of financial reporting and qualitative characteristics of decision-useful financial reporting information*. Retrieved from: [https://www.fasb.org/pv\\_conceptual\\_framework.pdf](https://www.fasb.org/pv_conceptual_framework.pdf)
- Funnell, W. (1996). Preserving history accounting: seeking common ground between “new” and “old” accounting history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(4), 38-64. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513579610129417>
- Gomes, D. (2008). The interplay of conceptions of accounting and schools of thought in accounting history. *Accounting History*, 13(4), 479-509. DOI: <https://doi.org/10.1177/1032373208095480>
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Hornigren, C. T., & Sorter, G. H. (1961). “Direct” costing for external reporting. *The Accounting Review*, 36(1), 84-93.

- International Accounting Standard Board (IASB). (2004). *Board decisions on international financial reporting standards. IASB update October 2004*. Retrieved from: <https://cdn.ifrs.org/-/media/feature/news/updates/iasb/2004/oct04.pdf>
- International Accounting Standard Board (IASB). (2008). *Exposure draft of improved conceptual framework for financial reporting: Chapter 1: The objective of financial reporting, Chapter 2: Qualitative characteristics and constraints of decision-useful financial reporting information*. Retrieved from: [https://library.croneri.co.uk/cch\\_uk/iast/iasedim0806-200806](https://library.croneri.co.uk/cch_uk/iast/iasedim0806-200806)
- International Accounting Standard Board (IASB). (2010). *Conceptual framework for financial reporting*. London: IASB. Retrieved from: [www.ifrs.org](http://www.ifrs.org)
- International Accounting Standard Board (IASB). (2015). *Basis for Conclusions Exposure draft ED/2015/3 - Conceptual Framework for Financial Reporting*. London: IASB. Retrieved from: [www.ifrs.org](http://www.ifrs.org)
- International Accounting Standard Board (IASB). (2018). *Conceptual framework for financial reporting* (pp. 89). London: IASB. Retrieved from: [www.ifrs.org](http://www.ifrs.org)
- International Accounting Standards Committee (IASC). (1989). *Framework for the preparation and presentation of financial statements*. London: IASC.
- Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW). (2014). *Principles Before Standards: The ICAEW's "N Series" of Recommendations on Accounting Principles 1942-1969*. London: ICAEW.
- Jones, S. (2015). *The routledge companion to financial accounting theory* (3rd ed.). New York: The Ronald Press Company.
- Littleton, A. C. (1953). *Structure of accounting theory*. Urbana: AAA.
- Loft, A. (1986). Towards a critical understanding of accounting: The case of cost accounting in the U.K., 1914-1925. *Accounting, Organizations and Society*, 11(2), 137-169. DOI: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(86\)90028-0](https://doi.org/10.1016/0361-3682(86)90028-0)
- Markham, J. W. (2002). A financial history of the United States. *The Encyclopedia Americana* (Vol. 27). New York: Sharpe.
- McMonnies, P. N. (1988). *Making corporate reports valuable*. Endinburgh: ICAS.
- Moonitz, M. (1961). *The basic postulates of accounting*. New York: AICPA.
- Paton, W. A., & Littleton, A. C. (1940). *An introduction to corporate accounting standards*. New York: AAA.
- Paton, W. A. (1922). *Accounting theory*. New York: The Ronald Press Company.
- Paton, W. A. (1938). *Essentials of accounting*. Michigan: University of Michigan.
- Pelger, C. (2016). Practices of standard-setting: An analysis of the IASB's and FASB's process of identifying the objective of financial reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 50, 51-73. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2015.10.001>
- Riahi-Belkaoui, A. (2004). *Accounting theory* (5. ed.). Thomson Learning, 598 p.
- Sanders, T. H., Hatfield, H. R., & Moore, U. (1938). *A statement of accouting principles*. New York: American Institute of Accountants.
- Schmidt, P. (2000). *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman.
- Schroeder, R. G., Clark, M. W., & Cathey, J. M. (2005). *Financial accounting theory and analysis: text readings and cases* (8th ed.). Danvers: Wiley.
- Securities and Exchange Commission. (1934). *Securities Exchange Act of 1934*. Washington: Securities Exchange Commission.

- Solomons, D. (1989). *Guidelines for financial reporting standards*. London: ICAEW.
- Sprouse, R. T., & Moonitz, M. (1962). *A tentative set of broad accounting principles for business enterprises. (ARS 3)*. New York: AICPA.
- Staubus, G. J. (1954). *An accounting concept of revenue*. New York: Arno Press.
- Staubus, G. J. (1958). Comments on accounting and reporting standards for corporate financial statements - 1957 revision. *The Accounting Review*, 33(1), 11-24.
- Staubus, G. J. (1959). The residual equity point of view in accounting. *The Accounting Review*, 34(1), 3-13.
- Staubus, G. J. (1961). *A theory of accounting to investors*. New York: University of California Press.
- U.S. Government. (1933). *Securities Act of 1933*. May 27, 1933. DOI: <https://doi.org/10.2307/1117975>
- Williams, P. F., & Ravenscroft, S. P. (2015). Rethinking decision usefulness. *Contemporary Accounting Research*, 32(2), 763-788. DOI: <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12083>
- Wolk, H. I., Dodd, J. L., & Tearney, M. G. (2004). *Accounting theory: conceptual issues in a political and economic environment* (6th ed). Ohio: Thomson Learning.
- Zeff, S. (1972). *Forging accounting principles in five countries: a history and an analysis of trends*. Illinois: Stipes Publishing Company.
- Zeff, S. A. (1999). The evolution of the conceptual framework for business enterprises in the United States. *The Accounting Historians Journal*, 26(2), 89-131. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203851296>
- Zeff, S. A. (2013). The objectives of financial reporting: a historical survey and analysis. *Accounting and Business Research*, 43(4), 262-327. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2013.782237>

## NOTAS

### AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, onde ocorreu o desenvolvimento da pesquisa. Aos Professores Dr. César Augusto Tibúrcio Silva e Dra. Sirlei Lemes, pelas sugestões de melhorias.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J. P. da Silva.

Coleta de dados: J. P. da Silva.

Análise de dados: S. Iudicibus, J. K. Niyama, J. P. da Silva, I. M. Beuren.

Discussão dos resultados: S. Iudicibus, J. K. Niyama, J. P. da Silva, I. M. Beuren.

Revisão e aprovação: S. de Iudicibus, J. K. Niyama, J. P. da Silva, I. M. Beuren.

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O autor Josimar Pires da Silva contou com bolsa da CAPES durante os anos de 2015 a 2017, em conformidade com a Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018, "o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES



Não se aplica.

### **LICENÇA DE USO**

Os Direitos Autorais para artigos publicados neste periódico são do autor, com direitos de primeira publicação para a Revista. Em virtude de aparecerem nesta Revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais, de exercício profissional e para gestão pública. A Revista adotou a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional - CC BY NC ND](#). Esta licença permite acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos desde que com a citação da fonte, atribuindo os devidos créditos de autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou um capítulo de livro).

### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Contábeis e Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### **EDITORES**

José Alonso Borba, Denize Demarche Minatti Ferreira, Carlos Eduardo Facin Lavarda.

### **HISTÓRICO**

Recebido em: 17/02/2021 – Revisado por pares em: 28/06/2021 – Reformulado em: 26/10/2021 – Recomendado para publicação em: 08/11/2021 – Publicado em: 25/03/2022